

## INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- a) Este caderno de provas contém 20 (vinte) questões objetivas sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos. As questões são de múltipla escolha, contendo 5 (cinco) alternativas e apenas 1 (uma) única resposta correta.
- b) Caso este caderno esteja incompleto ou contenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua imediatamente.
- c) As respostas da prova objetiva deverão ser transcritas para a *Folha de Respostas*, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da *Folha de Respostas* será de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser feito com caneta esferográfica azul ou preta. **Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha por erro do candidato.**
- d) As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante a sua realização, comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, etc.
- e) O tempo de duração das provas será de **3 (três) horas**, já incluído o tempo destinado à identificação do candidato e ao preenchimento da *Folha de Respostas*.
- f) Durante a realização das provas o candidato não deverá se comunicar com os demais candidatos, nem levantar-se ou ausentar-se da sala sem a autorização do fiscal.
- g) Ao término da prova, o candidato deverá chamar o fiscal de sala para devolver a *Folha de Respostas* e, em seguida, deixar o local de realização das provas.
- h) O candidato que desobedecer a qualquer uma das determinações constantes no edital, no presente caderno ou na *Folha de Respostas* poderá ensejar a anulação das suas provas.

***Boa Prova!***

CRONOGRAMA PREVISTO (Edital do concurso no endereço <a href="http://www.mpdft.gov.br">www.mpdft.gov.br</a> )		
ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito preliminar	3/7/2012	<a href="http://www.mpdft.gov.br">www.mpdft.gov.br</a>
Interposição de recurso contra o gabarito preliminar	4 e 5/7/2012	* Seção de Estágio - MPDFT
Resultado provisório	17/7/2012	<a href="http://www.mpdft.gov.br">www.mpdft.gov.br</a>
Interposição de recurso contra o resultado provisório	18 e 18/7/2012	* Seção de Estágio - MPDFT
Resultado final	24/7/2012	<a href="http://www.mpdft.gov.br">www.mpdft.gov.br</a>
* Seção de Estágio - SEES/DGP/MPDFT, localizada no Setor de Indústrias Gráficas – SIG, Ed. D'Office Sig, lotes 525 a 575, 1º Pavimento, sala 223. Telefone: (61) 3343-8969		

## CONHECIMENTOS GERAIS

O serviço que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) oferece à sociedade deve ser constantemente aperfeiçoado. Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar as ações para o atendimento de deficientes auditivos.

Acompanharam a visita o subsecretário de Cidadania do GDF, César Pessoa Mello, o gerente da Central de Intérpretes de Libras, Alexandre Ferreira de Castro, a defensora pública da União Liana Lidiane Pacheco Dani e os defensores públicos do DF Evenin Ávila e Stéfano Pedroso.

O Promotor de Justiça Vandir Ferreira levantou a hipótese de elaboração de termo de cooperação entre a Defensoria Pública, o MPDFT e a Central de Libras para a disponibilização de intérpretes de sinais nesses órgãos. Ele informou que o Ministério Público, além do treinamento interno para os servidores e da utilização de intérpretes da Central de Libras, também tem como intuito incluir nas licitações relativas à contratação de terceirizados a exigência de conhecimento em Libras.

É comum que pessoas com deficiência procurem o MPDFT em busca de auxílio judicial. Esse atendimento é responsabilidade da Defensoria Pública, para onde o Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência (Nurin) do Ministério Público encaminha os cidadãos. O promotor de Justiça Vandir Ferreira sugeriu que nesses casos o Núcleo entre em contato com a unidade da Defensoria Pública localizada na estação do metrô da 114 Sul para agendar o atendimento. O Núcleo poderia fornecer ainda os formulários da Defensoria para que a pessoa saiba previamente quais documentos devem ser levados no dia do atendimento.

<http://www.mpdft.gov.br/portal/index.php/imprensa-menu/noticias/notcias-2011/4338-mpdft-busca-aprimorar-atendimento-aos-deficientes-auditivos>, acesso em 17/6/2012, com adaptações.

### QUESTÃO 1.

Com relação ao texto, marque a alternativa **correta**:

- a) O Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência visitou a Central de Intérpretes de Libras para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar as ações para o atendimento de deficientes visuais.
- b) Foi formalizado um Termo de Cooperação entre a Defensoria Pública, o MPDFT e a Central de Libras para a disponibilização de intérpretes de sinais nesses órgãos.
- c) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, visando o bom atendimento ao público, já exige na contratação de terceirizados o conhecimento em Libras.
- d) O atendimento a pessoas com deficiência, que necessitam de auxílio judicial gratuito, é de exclusiva responsabilidade do Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência (Nurin) do Ministério Público.
- e) No caso de atendimento às pessoas com deficiência, feito pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o promotor de Justiça Vandir Ferreira sugeriu que o Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência entre em contato com a unidade da Defensoria Pública, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para agendar o atendimento.

## QUESTÃO 2.

Marque a alternativa que não contém **erro** de pontuação:

- a) Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar, as ações para o atendimento de deficientes auditivos.
- b) Além do titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, o subsecretário de Cidadania do GDF, César Pessoa Mello, o gerente da Central de Intérpretes de Libras, Alexandre Ferreira de Castro, a defensora pública da União Liana Lidiane Pacheco Dani e os defensores públicos do DF Evenin Ávila e Stéfano Pedroso, participaram da visita.
- c) A Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, foi visitada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.
- d) É comum, que pessoas com deficiência, procurem o MPDFT em busca de auxílio judicial.
- e) O Núcleo passará a fornecer ainda os formulários da Defensoria, para que a pessoa saiba previamente quais documentos, devem ser levados no dia do atendimento.

## QUESTÃO 3.

Marque a alternativa em que não há **erro** no emprego do sinal indicativo de crase:

- a) Ele se referiu a Defensoria Pública e não ao Ministério Público.
- b) O auxílio judicial é solicitado a Defensoria Pública.
- c) Um grupo formado por um Promotor de Justiça, vários Defensores Públicos e representantes do Governo irá à Central de Intérpretes de Libras.
- d) As vezes as pessoas procuram o Ministério Público a fim de obter auxílio judicial.
- e) O Núcleo passará à fornecer ainda os formulários da Defensoria, para que a pessoa saiba previamente quais documentos devem ser levados no dia do atendimento.

## QUESTÃO 4.

Marque a alternativa em que o emprego do hífen foi escrito corretamente de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

- a) anti-higiênico, super-homem, extra-humano.
- b) arquí-inimigo, microondas, auto-observação.
- c) circum-hospitalar, pan-mágico, panamericano.
- d) hiperresistente, super-revista, ex-aluno.
- e) semi-intensivo, antiinflamatório, pós-graduação.

## QUESTÃO 5.

Leia a seguinte oração e responda ao comando da questão:

*“Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local.”* A oração destacada em **negrito** é uma oração:

- a) Coordenada sindética adversativa.
- b) Coordenada sindética explicativa.

- c) Subordinada substantiva subjetiva.
- d) Subordinada adverbial temporal.
- e) Subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.

### Um grande ato

O direito é plasmado por uma substância psicológica, o querer. Como se trata de um produto artificial, ou seja, feito pelo e para o homem, e nenhum querer reside senão no (vamos chamar assim por enquanto) espírito humano, podemos dizer que a experiência jurídica é toda ela um grande ato de vontade.

Mesmo quando questões relevantes refogem à intencionalidade, como desastres naturais ou acontecimentos fortuitos ou involuntários, suas implicações jurídicas são apreendidas pelos caminhos por vezes misteriosos do teleológico.

Vejam o direito cível. Atos e contratos em geral são pressupostos como válidos se existem maturidade e desprendimento intelectual que os comandem. No primeiro caso, pelo tema da idade e da sanidade mental, sem o que a plenitude da vida civil fica comprometida. No segundo caso, mesmo se a pessoa for maior e capaz, exige-se que aja de maneira desembaçada do erro e da coação, sob pena de nulidade, ou seja, de um querer que pouco vale, talvez nada.

E o direito penal, então? A noção do dolo requer “vontade livre e consciente” (dolo direto) ou, por equiparação, a assunção do risco de se produzir o resultado lesivo (dolo eventual). Nos crimes culposos, até o não querer, que os constitui, parece ser o termo forte da inspiração do agir.

Mas o que é o querer?

Bem, existe algo que o antecede que são o desejo e o saber. Só posso querer algo que tenho ao menos uma vaga idéia, e que me provoca um mínimo de simpatia.

O desejo participa de nossa existência, da nossa relação englobante com o mundo, seja para aperfeiçoá-lo, seja para destruí-lo; dificilmente será de uma valência próxima da neutralidade. Mas não é essa a diferença específica entre o querer e o desejar.

Em ambos, há uma tendência do sujeito para o objeto, uma tendência de posse. No desejo, o sujeito é passivo: o objeto gravita em torno dele, a fim de ser consumido por ele e morrer nele. Não buscamos o desejo; ele é que vem até nós, mesmo na luta para que morra sozinho e se consuma sozinho.

Artigo “Um grande ato”, de autoria do Promotor de Justiça do MPDFT Ivaldo Lemos Júnior, publicado no Jornal de Brasília, do dia 09/04/2012, caderno Opinião, página 2.

#### QUESTÃO 6.

Julgue os itens seguintes baseado no primeiro parágrafo do texto:

I ( ) a substituição do vocábulo “plasmado” por “constituído” acarreta prejuízo sintático e semântico para o texto.

II ( ) na oração “Como se trata de um produto (...)”, o vocábulo “como” atrai o pronome “se”. Dessa forma, não estaria gramaticalmente correta a construção “Como trata-se de um produto...”.

III ( ) substituir o vocábulo “psicológica” por “psicotrópica” altera o sentido do texto.

A sequência que corresponde **corretamente** à questão é:

- a) V, V, F
- b) F, V, V

- c) F, F, V
- d) F, V, F
- e) V, F, V

#### **QUESTÃO 7.**

Assinale a alternativa cujo vocábulo pode substituir o termo “valência”, no penúltimo parágrafo, no contexto do texto. Desconsidere as alterações de gênero.

- a) questão
- b) forma
- c) maneira
- d) valor
- e) quantidade

#### **QUESTÃO 8.**

Julgue as reescrituras dos trechos do 3º e 4º parágrafos quanto a sua correção semântica ou gramatical:

I ( ) Em geral, atos e contratos são tidos como válidos caso existam maturidade e desprendimento intelectual os quais comandem.

II ( ) No segundo caso, ainda que a pessoa seja maior e capaz, se exige que aja de maneira desembaçada do erro e da coação.

III ( ) Nos crimes culposos, até o não querer que os constitui parece ser o termo forte da inspiração do agir.

A sequência que corresponde **corretamente** à questão é:

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) F, F, V
- d) V, F, V
- e) F, F, F

#### **QUESTÃO 9.**

Assinale a questão **incorreta** quanto às estruturas linguísticas expostas no 3º parágrafo:

- a) o verbo ser está no plural para concordar com seu complemento verbal “pressupostos como válidos...”.
- b) a expressão “No primeiro caso” refere-se ao termo “maturidade”.
- c) o vocábulo “os” tem “atos e contratos” como referente textual.
- d) a expressão “No segundo caso” refere-se à expressão “desprendimento intelectual”.
- e) o vocábulo “desembaçada” está usado com recurso polissêmico.

#### **QUESTÃO 10.**

Não depreende-se das ideias do texto que:

- a) o querer não é algo natural e sim produto do espírito humano.
- b) atos e contratos podem ser considerados nulos caso exista erro ou coação.
- c) todo ato de vontade será necessariamente uma experiência jurídica.
- d) dificilmente o desejo tem um valor neutro.
- e) no dolo direto existe uma relação direta com “vontade livre e consciente”, enquanto que no eventual assume-se o risco de se produzir um resultado lesivo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 11.

“Conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado por computador. Pode compreender um software particular, um determinado número de softwares integrados, adquiridos ou desenvolvidos por encomenda, ou uma combinação destes.” O conceito refere-se a:

- a) GED
- b) SINAR
- c) SIGAD
- d) SIAR
- e) OCR

### QUESTÃO 12.

São características e/ou atividades de um arquivo corrente, **exceto**:

- a) classificação de documentos por assunto
- b) avaliação
- c) valor probatório, fiscal e administrativo de seus documentos
- d) eliminação
- e) caráter histórico, científico e cultural de seus documentos

### QUESTÃO 13.

“Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica.” O conceito refere-se a:

- a) arranjo
- b) classificação
- c) avaliação
- d) transferência
- e) recolhimento

### QUESTÃO 14.

Os conceitos “juntada, em caráter definitivo, de documento ou processo a outro processo, na qual prevalece, para referência, o número do processo mais antigo.” e “juntada, em caráter temporário, com o objetivo de elucidar ou subsidiar a matéria tratada, conservando cada processo a sua identidade e independência.” referem-se respectivamente a:

- a) anexação e apensação
- b) apensação e anexação
- c) autuação e produção
- d) captura e autuação
- e) autuação e classificação

### QUESTÃO 15.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define arquivo permanente como o “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor” e

ainda “arquivo responsável pelo arquivo permanente. Também chamado arquivo histórico”. Considerando os conceitos, pode-se afirmar que são atividades desempenhadas em um arquivo permanente, **exceto**:

- a) avaliação
- b) arranjo
- c) descrição
- d) elaboração de instrumentos de pesquisa
- e) atendimento a pesquisadores

#### **QUESTÃO 16.**

O exercício das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo está previsto na Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, regulamentado pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978. De acordo com esses diplomas legais, assinale a opção que contém uma das atribuições do Arquivista:

- a) recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação.
- b) classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos.
- c) planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo.
- d) preparação de documentos de arquivos para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme.
- e) preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados.

#### **QUESTÃO 17.**

A Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, define gestão de documentos como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente. Assinale a alternativa que apresenta as três fases básicas da gestão de documentos:

- i) preservação, conservação e restauração.
- j) produção, microfilmagem e digitalização.
- k) classificação, digitalização e restauração.
- l) descrição, avaliação e digitalização.
- m) produção, utilização e destinação.

#### **QUESTÃO 18.**

João da Silva, servidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, recebeu ordem para organizar os documentos da seção em que trabalha. Durante a execução da tarefa, João da Silva encontrou nos armários e gavetas os seguintes documentos: plantas de engenharia, fotografias, fitas audiomagnéticas e documentos impressos (ofícios e memorandos). Nessa situação, os documentos identificados correspondem, respectivamente, aos seguintes gêneros documentais:

- a) informáticos, micrográficos, escritos ou textuais e sonoros.
- b) filmográficos, cartográficos, sonoros e escritos ou textuais.

- c) cartográficos, iconográficos, sonoros e escritos ou textuais.
- d) informáticos, micrográficos, cartográficos, iconográficos.
- e) cartográficos, micrográficos, iconográficos e sonoros.

**QUESTÃO 19.**

Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos. Em janeiro de 2011, o Governo Federal alterou a vinculação administrativa do Arquivo Nacional para o (a):

- a) Casa Civil da Presidência da República.
- b) Ministério da Justiça.
- c) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- d) Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).
- e) Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

**QUESTÃO 20.**

O sigilo dos documentos públicos é um assunto que desperta o interesse e a curiosidade de muitos brasileiros, particularmente, quando se refere aos documentos produzidos e recebidos no período da “Ditadura Militar”. Considerando a Lei nº 12.527/2011, as informações classificadas como secretas terão o acesso restrito pelo prazo máximo de:

- a) 10 anos.
- b) 20 anos.
- c) 30 anos.
- d) 15 anos.
- e) 5 anos.